

# LeITuras:

**[www.nla.gov.au/padi/](http://www.nla.gov.au/padi/)  
[www.knaw.nl/ecpa/](http://www.knaw.nl/ecpa/)**

Hoje em dia, a produção massificada dos chamados *objectos digitais* constitui uma das mais prementes causas de preocupação para qualquer arquivista ou bibliotecário minimamente consciente da fundamental relevância da sua profissão. A perenidade outrora característica dos suportes documentais tradicionais é relativizada pela precariedade de novas tecnologias. As características complexas e dinâmicas dos documentos produzidos em ambientes digitais, para além dos problemas fundamentais relacionados com a sua gestão e produção, incitam graves preocupações quanto à capacidade de manutenção ao longo do tempo das suas propriedades imprescindíveis como a autenticidade, a integridade e a acessibilidade – compreendida esta na acepção abrangente de comunicação e inteligibilidade.

Para além disto, outras problemáticas como os direitos de autor ou o acesso em ambiente digital relançaram o debate sobre matérias outrora pacificamente aceites. A própria natureza dos objectos digitais que cada vez mais recorrem a estruturas e soluções tecnológicas complexas, se por um lado potenciam enormemente a articulação e a comunicação da informação, por outro dificultam a acção de preservação continuada dessa mesma informação, o que é particularmente gravoso quando se torna imperativa a manutenção de qualidades básicas como a integridade ou autenticidade exigidas a documentos de arquivo.

Para agravar esta situação inerentemente complexa, os recursos disponíveis e a investigação efectiva longe



de se organizarem num todo coerente e multidisciplinar dividem-se em iniciativas por vezes desgarradas e incompletas. Os caminhos possíveis abundam mas esse, curiosamente, constitui parte do problema.

Trata-se de demasiada informação, a maior parte das vezes excessivamente técnica e muitíssimas vezes sobreposta e contraditória. A opção por esta ou aquela solução – a qual é sempre incompleta – ocasiona dúvidas para aqueles a quem justamente é requerida acção urgente para a preservação de objectos digitais em risco de perda potencial.

Neste contexto, a sistematização e descrição de recursos existentes de forma a proporcionar ao utilizador a possibilidade de escolha esclarecida assim como a actualização permanente de informação constituem um inestimável e insubstituível benefício. Os dois sítios web que se referem a seguir representam essas virtudes.

O PADI – Preserving Access to Digital Information (<http://www.nla.gov.au/padi/index.html>) é um programa promovido e coordenado pela Biblioteca Nacional da Austrália com o apoio expresso do CLIR (Council on Library and Informations Resources) e do DPC (Digital Preservation Coalition) e que pretende programaticamente constituir um *gateway* para vários tipos de recursos exclusivamente incidentes em preservação digital. O sítio apresenta de facto um repositório inestimável e completíssimo de informação e de recursos relativos à área nuclear

sobre uma vasta gama de tópicos temáticos. A página de abertura apresenta à partida uma estrutura repartida em duas colunas contendo respectivamente *links* para tipos de recursos e aspectos temáticos abordados e eventualmente desenvolvidos no sítio. Esta exploração é eficazmente realizada de duas formas: é-nos dado um texto sintético mas completo sobre o tema escolhido, recheado de *links* aplicados em palavras-chave estrategicamente escolhidas e que nos enviam para outros textos mais completos que explicitam o conceito. Segue-se a listagem de recursos a que pode aceder-se, quer se trate de outros sítios web ou textos em variados tipos de formato (word, pdf e html) que ali são gratuitamente disponibilizados. É possível efectuar pesquisa quer através de um motor específico ou ainda navegando por um *tesauro* claro e intuitivo cujos termos *linkados* remetem para o conjunto de recursos que dizem respeito ao tópico respectivo.

A ECPA – European Commission for Preservation and Access (<http://www.knaw.nl/ecpa/>) oferece uma não menos notável panóplia de recursos de informação.

No entanto, o seu leque de intervenção é mais abrangente já que se propõe tratar questões relacionadas com todo o espectro de aplicação da preservação, abrangendo portanto o papel e outros suportes analógicos. Esta Comissão, geograficamente circunscrita ao espaço europeu, foi criada em 1994 e age como «uma plataforma para discussão

e cooperação entre organizações que custodiam património e especializadas em preservação e acesso». Também organiza conferências, encontros e *workshops* temáticos quer de âmbito geral, quer de âmbito especializado. Para além disso, a EPCA proporciona eventos de formação nas diversas subáreas de intervenção e mantém alguns projectos importantes dos quais se destaca o SEPIA relativamente ao património fotográfico europeu. O sítio aloja ainda um repositório de informação especializado sobre a corrosão provocada por tinta ferrogálica em suporte de documentos textuais.

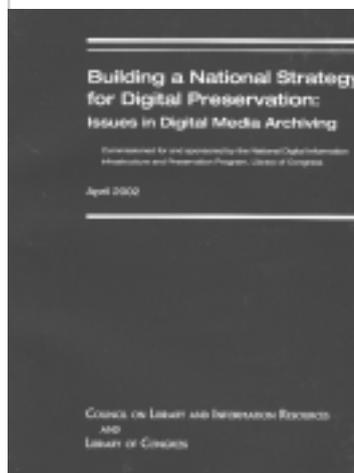
A navegação é muito simples e intuitiva constituindo um agradável passeio a empreender sempre que necessário, podendo-se recolher informações práticas directamente utilizáveis no trabalho diário, textos teóricos e normalizadores ou apenas actualização informativa sobre as novidades que por aí andam a pairar. A aquisição directa de documentos é possível, mediante solicitação electrónica e pagamento por cartão de crédito. No entanto, a maior parte destes documentos é descarregável em linha.

Referimos ainda a curiosidade deste sítio ter disponível um mapa europeu da preservação. Esta funcionalidade permite a visualização de um mapa da Europa *clicável* que nos remete para os centros onde, em cada país europeu, se pratica esta actividade.

Ambos os sítios mantêm listas de discussão através das quais são inclusivamente disseminadas informações sobre futuros eventos.

Estes são, pois, locais virtuais de eleição para todos os que se interessem, amadora ou profissionalmente, por esta problemática.

**Francisco Barbedo**



## **BUILDING A NATIONAL STRATEGY FOR PRESERVATION: ISSUES IN DIGITAL MEDIA ARCHIVING**

O título deste livro corresponde de forma excelente ao seu conteúdo, sendo um contributo para uma reflexão circunstanciada e fundamentada desta vasta problemática, tão pertinente e actual, da preservação do mundo digital, o qual aborda diferentes fontes documentais: editoras, bibliotecas, arquivos sonoros e arquivos audiovisuais. Esta obra reflexiva surge em Dezembro de 2002, tendo por base uma

preocupação manifestada pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América e debatida conjuntamente com várias organizações governamentais e não governamentais.

Os artigos nela inseridos reflectem a necessidade da definição de uma estratégia nacional de preservação da informação digital, uma vez que as formas tradicionais de preservação foram alteradas obrigando a mudanças.

Os autores consideram urgente a definição de uma estratégia nacional que assegure a preservação da informação digital nos diversos níveis, a qual existe em grande parte apenas em formato electrónico.

Estes artigos constituem um convite a uma reflexão sobre a necessidade de uma nova postura dos profissionais da informação e de uma nova filosofia de trabalho, nesta era da informação digital.

Novos problemas de produção, administração, gestão de direitos, descrição, avaliação, selecção, armazenamento, segurança, acesso, manutenção e preservação emergem, sobre os quais temos que estar conscientes a fim de garantirmos a informação às próximas gerações, bem como os direitos e deveres dos cidadãos.

Esta obra constituía uma necessidade no panorama nacional português porque muito se tem escrito sobre digitalização, com incidência na questão da facilidade de acesso que esta tecnologia representa. Tem sido colocado o enfoque na necessidade de modernização e adaptação das instituições, com a consequente compreensão do seu novo

papel, sem contudo se fazerem abordagens globalizantes que revelem as reais e verdadeiras mudanças que esta tecnologia envolve.

No contexto da União Europeia sabemos que esta temática é, também, uma preocupação pelo que, entre nós, devemos urgentemente tomar consciência da necessidade de definição de uma Política Estratégica de Preservação Digital que responda aos desafios da Sociedade de Informação, que cada vez mais exige novos conhecimentos e novas práticas profissionais.

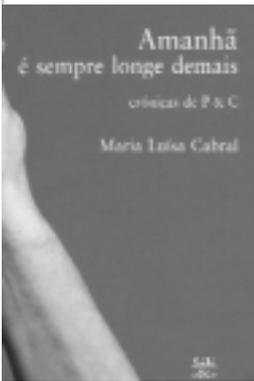
Esta estratégia deverá contemplar os documentos que existem apenas no formato electrónico, bem como aqueles que nasceram no formato tradicional e são convertidos para formato electrónico, com a sua consequente eliminação.

Os autores dos artigos incluídos nesta obra são especialistas de reconhecido mérito que nos revelam aqui a sua experiência e conhecimento: *Summary of Findings*, Amy FRIEDLANDER; *Preserving Digital Periodicals*, Dale FLECKER; *E-Books and the Challenge of Preservation*, Frank ROMANO; *Archiving the World Wide Web*, Peter LYMAN; *Preservation of Digitally Recorded Sound*, Samuel BRYLAWSKI; *Understanding the Preservation Challenge of Digital Television*, Mary IDE, Dave MAC CARN, Thom SHEPARD e Leah WEISSE; *Digital Video Archives: Managing Through Metadata*, Howard D. WACTLAR e Michael G. CHRISTEL.

Apela-se à leitura desta obra, cuja pertinência e objectividade constituem uma excelente forma de reflexão sobre esta problemática.

**Anabela Ribeiro**

Library of Congress, Council on Library and Information resources – *Building a National Strategy for Preservation: Issues in Digital Media Archiving*  
Washington: Council on Library and Information Resources e Library of Congress, 2002



## **AMANHÃ É SEMPRE LONGE DEMAIS**

### **Um título poético para um entrecho dramático terá um fim feliz?**

Maria Luísa Cabral reuniu neste volume dez artigos, apresentados pela ordem cronológica da sua publicação ou apresentação pública, precedidos por um elucidativo prefácio, nos quais, através de uma escrita clara, expressiva e envolvente nos dá conta da sua experiência e reflexões sobre os problemas da preservação e conservação

dos documentos gráficos, da transferência dos seus suportes e conteúdos.

Podemos organizar este livro em dois grandes blocos: o primeiro, reunindo os 5 primeiros artigos e ainda o 7.º, diz respeito a questões mais genéricas e globais da preservação e conservação; o 6.º e os 3 últimos reportam-se com mais profundidade ao tema da transferência de suportes (microfilmagem e digitalização).

Uma das grandes virtualidades destes textos é permitir fazer a distinção rigorosa entre preservação, conservação e restauro, conceitos que dada a nossa ausência de prática e conhecimento rigoroso sobre a matéria muitas vezes se confundem.

Apontando com minúcia e rigor as diferentes causas da deterioração do papel, uma das grandes apostas da autora é a insistência nas intervenções preventivas (cuidados primários) a ter com os documentos, sem esquecer o condicionamento e manuseio, primeiro passo para a sua preservação e posterior conservação.

Esta ideia ganha maior visibilidade no artigo em que fala na necessidade de sensibilizar leitores e pessoal não especializado para os problemas da preservação, baseado na sua experiência na Biblioteca Nacional, sem a qual não haverá programas de P&C cuja implementação seja bem sucedida.

A tónica posta nos documentos como parte integrante do nosso património cultural é exemplarmente complementada no artigo em que aborda a estratégia de preservação e conservação

na Biblioteca Nacional no qual, após recordar alguns aspectos da história e problemas da instituição, aponta as medidas que deverão ser tomadas para que a frágil memória do mundo conservada em papel possa continuar a ser acessível a todos, qualquer que seja o suporte, pelos séculos adiante. Aliás o dilema conservação/acesso é transversal a toda a obra, é uma constante para todos aqueles que são responsáveis por fundos patrimoniais sujeitos a regulares pedidos de consulta ou empréstimo.

Para isso é necessário «aprender a vencer a ansiedade» quando se pretende pôr em prática uma política de gestão de preservação e se encontram obstáculos quotidianos, a começar pela necessidade de combater a inércia, hábitos adquiridos ou a relutância à mudança. As novas tecnologias, que a autora conhece com profundidade, são uma arma imprescindível, embora certas cautelas na sua utilização devam ser sempre postas em equação.

Tal vem a propósito dos quatro artigos que se referem mais concretamente à transferência de suporte do conteúdo intelectual dos documentos, sabendo-se que as bibliotecas e arquivos de todo o mundo se debatem com o gravíssimo problema da deterioração do papel.

Aliás, de acordo com fontes norte-americanas, 25 por cento dos documentos à guarda das bibliotecas e arquivos de todo o mundo estão em vias de desaparecimento e seguramente que em Portugal a situação não será melhor. Até há poucos anos, a microfilmagem era o único recurso a permitir

que a memória escrita do mundo fosse conservada, mesmo que o seu suporte original de perdesse. As suas garantias de qualidade e fiabilidade são indiscutíveis e, bem acondicionados, os microfilmes poderão conservar-se durante 500 anos. Recentemente, com a digitalização, uma nova tecnologia abriu horizontes diferentes.

Para além de diversas vantagens, a distribuição em rede com uso múltiplo do conteúdo dos documentos constitui um atractivo indiscutível, mas a rápida e incontrolável evolução tecnológica, a incompatibilidade de alguns sistemas, a falta de normalização, os perigos das migrações de ficheiros e a incerteza quanto à durabilidade das imagens, entre outros aspectos, obrigam a reflectir seriamente quanto à opção única para esta tecnologia que tem seduzido algumas bibliotecas e arquivos.

A coexistência pacífica, a ponderada conciliação entre o recurso a estes dois tipos de suporte são apontadas pela autora, com argumentos seguros, como o caminho a seguir.

Não posso deixar ainda de referir a atenção que o problema das colecções de jornais merece a M. Luísa Cabral.

A imperiosa necessidade de um plano nacional de microfilmagem, que só será possível se houver cooperação entre as grandes bibliotecas portuguesas (mas se atendermos aos milhares de títulos da imprensa local e regional publicados sobretudo entre 1870 e 1930 e depois de 1974 teremos certamente que recorrer a pequenas e ignotas bibliotecas municipais ou de instituições culturais locais), é um desafio cuja

resposta tarda, e sem a qual corremos o risco de perder irremediavelmente uma fonte única de informação. Definidos os problemas, lançados os desafios, haverá um final feliz? Terá este país meios técnicos, pessoal formado, recursos financeiros, vontade política para preservar e conservar uma parcela fundamental da sua memória colectiva, uma referência inquestionável da sua identidade?

Estas as inquietantes e perturbadoras dúvidas com que terminamos a leitura deste livro.

**Henrique Nunes**

CABRAL, Maria Luísa – *Amanhã é sempre longe demais: crónicas de Preservação e Conservação*. Lisboa: Gabinete de Estudos a & b, 2002.



### **LES INSTRUMENTS DE RECHERCHE DANS LES ARCHIVES**

Esta publicação enquadra-se, no dizer de Philippe BÉLAVAL, director dos Arquivos de França na altura

da publicação do livro, numa continuada reflexão teórica sobre o conjunto dos aspectos que envolvem a profissão de arquivista. Os resultados obtidos tiveram a sua expressão com a publicação, em 1994, de *La pratique archivistique Française*, sob a direcção de Jean FAVIER, e em 1996 da obra de Hervé BASTIEN intitulada *Droit des Archives*. Este trabalho de Christine NOUGARET, contando com a colaboração de Bruno GALLAND, define como objectivo: «proporcionar uma reflexão aprofundada sobre os instrumentos de pesquisa». Essa contribuição, ainda no entender dos autores, tem por base dois eixos fundamentais, por um lado a discussão internacional, facilitada pelo Conselho Internacional de Arquivos ao criar um Comité Especial sobre as normas de descrição, o qual difundiu entre 1994 e 2000 duas normas, uma para a descrição de documentos de arquivo, a ISAD(G) e outra destinada à descrição de produtores de arquivo, a ISAAR(CPF); e por outro, a necessidade de se proceder a um balanço dos 30 anos de utilização da informática nos arquivos, reflectindo sobre a forma como esta ferramenta veio alterar o desempenho dos profissionais da informação em geral e dos arquivistas em particular.

As conclusões dos autores sobre estes dois tópicos são claras e expressam a convicção de que existe uma perfeita compatibilidade entre as normas internacionais e a prática arquivística francesa, acabando por se reflectir na própria estrutura do livro. A publicação está repartida por vários capítulos, iniciando-se com uma primeira

incursão sobre a história da elaboração de instrumentos de pesquisa em França, relatando as sucessivas tentativas para normalizar procedimentos de apresentação da informação.

Um segundo capítulo denominado *Organização*, que é definida como «operação que define a ordem intelectual e física dos documentos de arquivo, realizada pela aplicação do princípio do respeito pelos fundos, tendo por objectivo o permitir as pesquisas de documentos assim organizados», tenta clarificar as regras que estão na base da classificação e ordenação dos documentos, apresentando um conjunto de recomendações gerais.

Os terceiro e quarto capítulos são dedicados à descrição, apresentando os conteúdos e exemplos das normas adoptadas pelo Conselho Internacional de Arquivos. O capítulo V é dedicado à problemática dos níveis de descrição e sua conexão com a tipologia dos instrumentos de pesquisa, analisando exaustivamente as várias propostas da prática francesa de apresentação de instrumentos de pesquisa.

Um dos capítulos mais importantes é o VI, todo ele dedicado à organização da informação. Neste âmbito, os autores chamam a atenção para o facto que a estrutura de um instrumento de pesquisa ser independente da sua natureza, a qual depende do nível de descrição a que é feita. Neste caso particular os arquivistas franceses beneficiam de regras precisas quanto à terminologia e estrutura dos instrumentos de pesquisa utilizados nos arquivos. Este capítulo é porventura o mais rico em informação permitindo

conhecer as bases teóricas, e suas expressões práticas, reflectidas nos vários tipos de instrumentos de pesquisa.

As preocupações centrais com as necessidades dos clientes dos arquivos e as suas necessidades de informação constituem o centro a partir do qual se elaboram os instrumentos de pesquisa; por isso, o capítulo VI trata da política nacional francesa de elaboração e difusão de instrumentos de pesquisa. Uma ligeira referência alerta o leitor para o modo de difusão dos instrumentos de pesquisa, principalmente através da Internet, tendo em atenção as potencialidades e desenvolvimentos verificados com o aparecimento do XML e a utilização do DTD EAD, no sentido de converter e uniformizar os instrumentos de pesquisa elaborados em épocas diferentes.

Por último, mas não menos importante, figuram abundantes anexos, com uma extensa e útil bibliografia, bastante actualizada e organizada de acordo com um plano de classificação que está subjacente ao longo de todo o livro: 1 – Generalidades; 2 – Organização; 3 – Descrição arquivística; 4 – Instrumentos de pesquisa. Contém ainda um quadro sinóptico sobre os instrumentos de pesquisa com a indicação da sua evolução cronológica, desde [1804] a 1994; uma listagem com os sumários dos principais textos regulamentares relativos à elaboração de instrumentos de pesquisa, bem como das normas AFNOR sobre esta matéria; apresenta um glossário, cujos termos foram, em grande parte, retirados da 3.<sup>a</sup> edição do dicionário de terminologia arquivística, publicado pelo Conselho Internacional

de Arquivos; e, por último, disponibiliza uma listagem, com as respectivas definições, dos 13 tipos de instrumentos de pesquisa existentes em França e a respectiva referência bibliográfica bem como fac-similes das páginas dos principais tipos referenciados.

Estamos em presença de uma obra de referência fundamental para o estudo da teoria e prática da arquivística francesa, constituindo ao mesmo tempo um modelo inspirador para a elaboração de instrumentos de pesquisa a nível internacional.

**Silvestre Lacerda**

NOUGARET, Christine; GALLAND, Bruno – *Les instruments de recherche dans les archives*. Paris: Direction des Archives de France, 1999. 259 p. ISBN 2-911601-13-0 (Direction des Archives de France). ISBN 2-11004293-1 (La Documentation Française)